

# Experiências do protagonismo da juventude negra na Faculdade Zumbi dos Palmares

*José Vicente\**

*Telma Cezar da Silva Martins\*\**

## Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar uma breve reflexão sobre a juventude na contemporaneidade e como a educação no ensino superior pode contribuir para minimizar o quadro de marginalização socioeducacional de jovens negros. A partir dos índices de pesquisa relativos à inserção da juventude negra no mercado de trabalho e dos últimos números apresentados no Mapa da Violência 2011: Os Jovens do Brasil, fazemos um recorte, expondo a experiência da Faculdade Zumbi dos Palmares – uma faculdade brasileira na qual a pessoa negra é protagonista. O texto sugere que os desafios da educação escolar e não escolar, numa sociedade que nega ser racista, mas que necessita da implantação de políticas públicas para a inclusão educacional da juventude negra, estão diretamente relacionados com as ações afirmativas e de reparo de uma história que vem registrando a marginalização e o genocídio da população negra no Brasil.

**Palavras-chave:** Juventude – juventude negra – educação escolar – ações afirmativas – políticas públicas.

---

\* Reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares, presidente da Sociedade Afro-Brasileira de Desenvolvimento Sociocultural – AFROBRAS, mestre em Administração, doutorando em Educação.

\*\* Coordenadora do curso de Pedagogia da Faculdade Zumbi dos Palmares, mestre em Educação, pedagoga.

# Limelight experiences of young black students at Zumbi dos Palmares College

## Abstract

The aim of this paper is to present a brief reflection on youth in contemporary society and how higher education can help minimize the socio-educational marginalization of young black people. From the research indexes regarding the insertion of the black youth in the job market and the latest figures on the Violence Map 2011: “The Brazilian Youth”, we made a cutout exposing the experience of Zumbi dos Palmares College – a college where the Brazilian black student is protagonist. The text approaches the challenges of school and non-school education in a society that denies being racist, but needs that public policies are implemented in order to warrant the education of the black youth, which are directly related to affirmative actions and the fixing of a history that has seen the marginalization and genocide of the black population in Brazil.

**Keywords:** Youth – Black youth – school education – affirmative actions – public policies.

## Experiencias del protagonismo de la juventud negra en la Facultad Zumbi de los Palmares

### Resumen

El objetivo de este artículo es presentar una breve reflexión sobre la juventud en la contemporaneidad y cómo la educación en la enseñanza superior puede contribuir para minimizar el cuadro de marginación socioeducacional de jóvenes negros/as. A partir de los índices de investigación en relación a la inserción de la juventud negra en el mercado de trabajo y de los últimos números presentados en el Mapa de la Violencia 2011: Los Jóvenes de Brasil, hacemos un recorte exponiendo la experiencia de la Facultad Zumbi de los Palmares – una facultad brasileña donde la persona negra es protagonista. Los desafíos de la educación escolar y no escolar, en una sociedad que se niega racista, pero que necesita de la implantación de políticas públicas para la inclusión educacional de la juventud negra, están directamente relacionados con las acciones afirmativas y de reparo de una historia que viene registrando la marginación y genocidio de la población negra en Brasil.

**Palabras claves:** Juventud – juventud negra – educación escolar – acciones afirmativas – políticas públicas.

## Introdução

Antes de refletirmos sobre a temática da inclusão da juventude negra, apresentamos o conceito de juventude. Este termo é frequentemente utilizado para caracterizar uma fase da vida humana, situada entre a adolescência e a idade adulta, em que se priorizam, muitas vezes, as mudanças fisiológicas e/ou emocionais que afetam diretamente as relações interpessoais. No entanto, com o advento dos avanços tecnológicos e da globalização, o termo juventude sofre alterações na abrangência de seu significado.

No século XX, estudos socioculturais, como o Relatório de Desenvolvimento Juvenil, utilizavam o termo juventude para se referir a um segmento da população com tempos, características e necessidades próprias: “[...] essa construção do conceito de juventude consolida-se com os novos ordenamentos sociais e produtivos de finais do século XIX e, principalmente, do século XX” (WAISELFSZ, 2007, p. 13.). Por tratar-se de época em que se instauram grandes transformações nas relações econômicas e sociais, o impacto que estas causam no mundo e na vida humana, consequentemente, afeta e altera as características dos jovens e adolescentes. Em decorrência desta alteração, o conceito de juventude amplia-se, deixando de representar apenas a fase de transformações físicas e biológicas e passando a englobar, também, as mudanças socioculturais.

Além da diversidade na concepção do termo juventude, identificamos uma diversidade de olhares e preocupações com esse grupo por parte de órgãos<sup>1</sup> e instituições que têm suas

---

<sup>1</sup> Se o critério for faixa etária, temos algumas definições legalmente estabelecidas para a caracterização do termo juventude: a Organização das Nações Unidas (ONU) compreende a juventude como a faixa etária entre os 15 e 24 anos; a Organização Ibero-Americana da Juventude (OIJ) entende esse período como a fase dos 15 aos 24 anos, embora alguns países (Colômbia e México) antecipem para 12 anos ou a estendam até os 29 anos (México, Portugal e Espanha). A Organização Internacional do Trabalho (OIT) define juventude como período entre 15 e 29 anos. A Frente Parlamentar em Defesa de Políticas Públicas de Juventude regulamenta os direitos assegurados às pessoas com idade entre 15 e 29 anos, visando acompanhar e implementar políticas públicas de juventude, desenvolvidas pelos governos estadual e federal.

ações voltadas à questão da garantia de direitos e deveres e à implementação de políticas públicas para a juventude.

Ao situar a juventude em suas múltiplas dimensões, é necessário ir além do critério de delimitação da idade; é preciso identificar os elementos sociais e ideológicos que caracterizam esta fase na sociedade contemporânea, já que este é um momento importante na formação da identidade. Assim, neste trabalho, salientamos que nossa compreensão de juventude passa por esta fase como um tempo de construção sócio-histórica do sujeito.

## Alguns elementos sociais e ideológicos em relação à juventude

Muitas imagens e preconceitos criados, ao longo do tempo, em torno da juventude interferem na compreensão educativa e construtiva que temos deste grupo. Segundo Sposito, em pesquisa do estado do conhecimento sobre o tema da juventude, na área da Educação, “a Sociologia ora investe nos atributos positivos dos segmentos juvenis, responsáveis pela mudança social, ora acentua a dimensão negativa dos problemas sociais e do desvio” (1997, p. 4).

Embora os estudos, conforme apresentados por Sposito, apontem dois caminhos: o de investir na juventude de forma positiva ou o de ressaltá-la como problema social, consideramos importante investir nos atributos positivos, advindos tanto da sociologia como da psicologia, e apostar na juventude como um eixo responsável e comprometido com a mudança social. Para isto, desvelamos alguns elementos sociais e ideológicos, apoiando-nos, teoricamente, em Dayrell e Gomes (s/d), que apresentam alguns aspectos a partir dos quais a juventude pode ser compreendida pela sociedade: em sua transitoriedade e vista como um problema.

No aspecto da transitoriedade, a juventude é compreendida pela sociedade como um “vir a ser”. Neste sentido, suas possibilidades e potencialidades acabam não sendo vislumbradas. Segundo Abramo (1997, p. 6), na maior parte das abordagens relativas aos jovens parece estar presente a dificuldade de considerá-los capazes de formular questões significativas, de propor

ações relevantes, de sustentar uma relação dialógica com outros atores, de contribuir para a solução de problemas sociais, além de simplesmente sofrê-los ou ignorá-los.

Compreender os jovens como um “vir a ser” pode criar dificuldades para aceitar que eles são sujeitos em condições de assumir responsabilidades diante do contexto em que vivem. Para que essa responsabilidade se efetive, é necessário o sentimento de pertença, por meio do qual o jovem participa das decisões, dá suas opiniões e ideias, ajuda na busca de soluções para os problemas do cotidiano. O fato de a juventude ser vista como problema, conforme apresentado por Dayrell e Gomes (s/d), está associado aos índices de violência, consumo e tráfico de drogas atribuídos aos jovens.

Abramo confirma a visão de juventude associada a *problema*, destacando a preocupação da Academia<sup>2</sup> com este período da vida, sinalizada pelo aumento dos estudos, pesquisas, reflexões e investigações sobre o tema. Analisa que a preocupação, porém, está mais direcionada à própria instituição e não ao sujeito em si: “poucas delas estão enfocando o modo como os próprios jovens vivem e elaboram essas situações” (1997, p. 25). As ações institucionais voltadas, em geral, para temáticas tidas como problema para a sociedade contemporânea, como drogas, prostituição, violência e gravidez precoce, muitas vezes contribuem, ainda mais, para alimentar a visão de que a juventude é sempre problemática.

Se entendermos que estes elementos sociais e ideológicos marcam e caracterizam a juventude atual, admitiremos que a formação de sua identidade será comprometida e estará sempre vinculada a problemas de ordem sociopolítica e cultural, o que não é a nossa compreensão.

A vinculação da categoria<sup>3</sup> juventude aos sintomas sociais relacionados à violência e ao baixo índice de empregabilidade é um ponto importante nesta análise sócio-histórica. Segundo a

---

<sup>2</sup> Por Academia entendemos aqui o conjunto das práticas de pesquisa e de construções teóricas elaboradas no interior das universidades.

<sup>3</sup> Categoria como grupo social, segmento da população.

Organização Internacional do Trabalho (OIT)<sup>4</sup>, estima-se que, mundialmente, uma em cada cinco pessoas com idades entre 15 e 24 anos está desempregada; e as perspectivas de melhoria nos índices de empregabilidade não são animadoras. Nos próximos dez anos, espera-se que 660 milhões de jovens estejam preparados para a entrada no mercado de trabalho, porém a possibilidade de emprego está se distanciando cada vez mais. No Brasil, o desemprego de jovens com idades entre 16 e 24 anos chega a 3,5 milhões, cerca de 50% da força de trabalho nacional.

No entanto, as principais preocupações dos/as jovens deixam transparecer que os problemas que a sociedade atribui a eles/as são os mesmos que eles/as temem vivenciar. Apresentamos alguns dados coletados em 2003, através da pesquisa organizada pelo Projeto Juventude/Cidadania, em parceria com o Sebrae<sup>5</sup>, assinalando que os problemas que mais preocupam os/as jovens são: segurança/violência (55%), emprego/profissional (52%). O sumário conclusivo desta pesquisa aponta que a dificuldade de inserção no mercado de trabalho é percebida como principal componente negativo de sua condição juvenil, junto ao tema da violência. O Mapa da Violência 2011 nos ajuda a apontar o impacto deste sintoma social na vida dos/as jovens, pois

É na faixa “jovem”, dos 15 aos 24 anos, que os homicídios atingem sua máxima expressão, principalmente na faixa dos 20 aos 24 anos de idade, com taxas em torno de 63 homicídios por 100 mil jovens. [...] As taxas mais elevadas, acima de 60 homicídios em 100 mil jovens, encontram-se dos 19 aos 23 anos de idade. (WAISELFISZ, 2011, p. 53-54).

---

<sup>4</sup> A partir de estatísticas recentes da OIT sobre a matéria (Global Employment Trends for Youth, ILO, Geneva, agosto 2004). Disponível em: <[www.oitbrasil.org.br](http://www.oitbrasil.org.br)>. Acesso em: 25 abr. 2008.

<sup>5</sup> Pesquisa “Perfil da Juventude Brasileira”. Trata-se de um estudo quantitativo, realizado em áreas urbanas e rurais de todo o território nacional, junto a jovens de 15 a 24 anos, de ambos os sexos e de todos os segmentos sociais. <Disponível em: [http://200.169.97.236:81/uploads/perfil\\_juventude\\_brasileira.pdf](http://200.169.97.236:81/uploads/perfil_juventude_brasileira.pdf). Acesso em: 25 ago. 2008>.

Ao mesmo tempo em que apresentamos algumas imagens ideológicas, socialmente construídas, que são impostas à juventude e influenciam negativamente suas relações na sociedade, lançamos nosso olhar, especificamente, para a juventude negra. É notório que, 123 anos após a abolição, a população negra no Brasil ainda sofre com as consequências de um sistema regulado pela discriminação e desigualdade raciais, que reserva aos/as jovens negros e negras um alto índice de exclusão educacional, marginalização, subemprego, violência e mortalidade.

Situando a juventude negra neste espaço de violência e desemprego

[...] Além da questão etária, outra fonte de diferenciação dos níveis de violência homicida encontra-se na cor ou raça das vítimas. (WASELFISZ, 2011, p. 55).

A juventude negra no Brasil é a mais afetada pela violência, que nos parece institucionalizada. A nítida diferença entre jovens negros/as e brancos/as, representada pelos índices de violência, empregabilidade e acesso ao sistema educacional, adverte-nos sobre o processo de racismo velado e silencioso de eliminação do grupo negro.

Em geral, o racismo no Brasil sempre esteve escamoteado nas justificativas de discriminação social ou de democracia racial, impedindo que o país tomasse conhecimento profundo da extensão e gravidade dos malefícios produzidos contra a pessoa negra, a não negra e todo o país. Segundo Guimarães:

O racismo brasileiro operou quase sempre, depois da escravidão, por meio de mecanismos de empobrecimento, ou seja, de destituição cultural e econômica dos negros, e de mecanismos de abuso verbal, utilizando-se, sobretudo, dos carismas de classe e cor. Em geral, o racismo brasileiro, quando publicamente expresso, aparece em discursos sobre a inferioridade cultural dos povos africanos e do baixo nível cultural de suas tradições e de seus descendentes. Grosso modo, esse racismo atravessou duas grandes fases: a da discriminação racial aberta, mas informal e

secundada pela discriminação de classe e sexo, que gerava a segregação, de fato, em espaços públicos e privados (praças e ruas, clubes sociais, bares e restaurantes etc.); e a fase atual, em que, com a discriminação e a segregação raciais sob mira, apenas os mecanismos escritos de mercado (discriminação de indivíduos e não de grupos) ou psicológicos, de interiorização de características individuais (autodiscriminação), permitem a reprodução das desigualdades raciais. Assim, o grande problema para o combate ao racismo, no Brasil, consiste na eminência de sua invisibilidade, posto que é reiteradamente negado e confundido com formas de discriminação de classe. (GUIMARÃES, 1999, p. 225).

Assim sendo, o racismo e a discriminação tiveram profundo impacto no acesso, permanência e desenvolvimento do/a negro/a na escola, em todos os seus segmentos e, principalmente, no ensino superior – fosse pelo aspecto classista e de elite da conformação dos espaços e ambientes de qualificação educacional ou pela total inadequação desses ambientes para tratar do caso específico do/a negro/a e de tudo que representasse o acesso e fruição democrática de iguais ante o histórico da escravidão e da exclusão em que negros e brancos sempre foram diferentes. Sobre isso, Henriques e Cavalleiro nos informam que

os indicadores educacionais, em particular, expõem com nitidez a intensidade e o caráter estrutural do padrão de discriminação racial no Brasil. Ao longo do século XX observa-se um contínuo aumento dos níveis de escolaridade média de todos os brasileiros, no entanto a diferença de escolaridade média entre brancos e negros mantém-se perversamente estável entre gerações. (2005, p. 212).

Utilizando o mesmo sistema de indicadores de percepção social, apontamos dados sobre violência e homicídios, referentes ao período de 2002 a 2008, conforme Mapa da Violência 2011: Os jovens no Brasil.

- O número de vítimas brancas caiu de 18.852 para 14.650, o que representa uma significativa diferença negativa, da ordem de 22,3%.



- Já entre os negros, o número de vítimas de homicídio aumentou de 26.915 para 32.349, o que equivale a um crescimento de 20,2%. (WASELSELFISZ, 2011, p. 58).

De forma geral, percebemos que à juventude negra é imposta uma condição no mínimo constrangedora e desumana. De um lado, ela vivencia, como categoria, o mito socioideológico de que é um problema para a sociedade, e de outro, ainda, carrega o peso/resultado de uma sociedade que diferencia as pessoas por sua raça/cor<sup>6</sup>. Vejamos o que mostram os indicadores de percepção social em relação aos suicídios:

Vemos que também neste caso o suicídio de brancos cresce 8,6% entre 2002 e 2008, enquanto o de negros aumenta 51,3%. Os jovens brancos apresentam a mesma taxa de suicídios que os brancos na população total (4,8 em 100 mil), mas os suicídios entre os jovens negros (4 em 100 mil) são maiores que na população total de negros (3,3 em 100 mil). Assim, a taxa entre os jovens brancos é 17,3% maior do que entre os jovens negros. Entre os jovens, o suicídio de brancos até cai levemente, -2,8%, enquanto entre negros o suicídio cresce 29,4%. (WASELSELFISZ, 2011, p. 146).

Analisando estes dados sob a perspectiva racial e considerando algumas especificidades do Brasil, como: o segundo país do mundo com o maior contingente populacional afrodescendente (45% da população brasileira, perdendo apenas para a Nigéria), e o último país ocidental a abolir a escravidão (SANTOS, 2005, p. 42), é emergente a efetivação de medidas educacionais e de políticas públicas que, de fato, rompam com este legado sócio-histórico de exclusão étnico-racial.

Em relação à inserção social por meio do trabalho, novamente constatamos que a juventude negra passa pelo mesmo processo de exclusão.

---

<sup>6</sup> O termo raça tem sido culturalmente utilizado para entender que o racismo está associado à cor da pele (preta).

No mundo do trabalho, o processo de exclusão vivido pelos jovens pretos e pardos não é diferente: maior dificuldade em encontrar uma ocupação, maior informalidade nas relações trabalhistas e menores rendimentos. [...] em 2003, de cada dez jovens negros de 18 a 24 anos de idade, quatro encontravam-se desempregados; dentre os brancos essa relação era de um para seis. (BENTO; BEGHIN, 2005, p. 194).

Sabemos que o baixo índice de empregabilidade da juventude negra se dá, também, em decorrência da baixa escolarização dos/as jovens negros/as; a taxa de analfabetismo é, aproximadamente, três vezes maior do que a observada entre os jovens brancos. Neste sentido, a entrada e permanência de jovens negros/as nas universidades são ínfimas. Pesquisas apontam para uma diferença aproximadamente quatro vezes maior para a entrada de jovens brancos nas universidades em relação à de jovens negros/as. Estas constatações permitem inferir que a entrada da juventude negra no mercado de trabalho é prejudicada e, dos que entram, poucos têm a oportunidade de acesso a cargos mais qualificados e a níveis hierárquicos mais altos, entre os quais, a gerência.

Novamente, vemos a necessidade de ações afirmativas e de reparo para o enfrentamento deste quadro de insegurança, vitimização e desqualificação profissional da juventude, e, em especial, da juventude negra. Para tanto, apontamos, a seguir, algumas reflexões sobre o que são ações afirmativas.

Ação afirmativa tem sido expressão de frequente uso nas discussões acerca da criação e desenvolvimento de mecanismos de combate a desequilíbrios e de intervenção em situações objetivas de desvantagem motivada pelos mais diferentes aspectos. A terminologia nos remete imediatamente à projeção direta de uma ação específica de reconstituição de uma situação que antes se apresentava negativa e prejudicial que, agora, ante a referida ação, assume seu aspecto de positividade.

Em seu sentido político, a ação afirmativa é analisada e considerada uma construção social que disponibiliza ao Estado e à sociedade meios e justificativas para promover a equalização de condições entre os indivíduos em situações de desequilíbrio

social, sejam em decorrência da ação ou inação do Estado, suportada em injustiça, discriminação em razão de raça, cor, religião, origem, sexo etc., ou de obstáculos circunstanciais que impeçam o acesso a direitos, serviços e oportunidades iguais. Um verdadeiro direito individual e inalienável do cidadão.

São inesgotáveis as relações de ocorrências de intervenção que, com as mais diferentes denominações, traduzem o sentido e o espírito de uma ação afirmativa, como intervenção diante de uma situação de desequilíbrio. Como exemplo trazemos o voto feminino diante da exclusividade do voto masculino, as várias preferências destinadas a pessoas idosas diante dos demais indivíduos, a cota para a população negra nas universidades ou no mercado de trabalho. Mas, é na discussão de políticas e ações de combate ao racismo e à discriminação contra negros e negras que a ação afirmativa tem sido objeto de embate, discussões e fortes questionamentos políticos, jurídicos, filosóficos, no Brasil, na atualidade.

Assim, a ação afirmativa pode ser entendida como um movimento, uma intervenção numa situação dada que, por ação ou omissão, se apresente negativa, ou produza resultados negativos, diante do conjunto de valores e objetivos sociais instituídos e diferidos. Configura-se já nessa breve reflexão uma ligação definida entre sentido e valor, isto é, ação partida de um valor negativo em relação a alguma coisa que é sentida, percebida como valor positivo.

## Desafios da educação escolar – proposta de inclusão da juventude negra

Os índices das pesquisas, citados anteriormente, e o cotidiano escolar evidenciam que o grande desafio da educação escolar está diretamente relacionado à revisão de suas práticas pedagógicas, pois, pelo fato de estar desvinculada da realidade, parte da juventude brasileira fica às margens do sistema educacional.

Mesmo diante da forte presença das representações sociais que reforçam os modelos estereotipados de comportamentos juvenis e do alto índice de violência (física ou moral), ressaltamos a importância de se apostar na juventude e na educação; e, segundo Morin, apostar equivale a trazer a incerteza para junto

da esperança (apud MARIOTTI, 2005, p. 20). Assim, consideramos válidas as atitudes e políticas públicas que, diante da incerteza e da diversidade de opiniões, apostam nas cotas para inserção da juventude negra nas universidades e nas empresas e na proposta de faculdade organizada especificamente para o atendimento de jovens negros/as.

As ações afirmativas e de reparo, entendidas, na longa trajetória histórica de racismo e exclusão da juventude negra, muitas vezes, como incertas e segregacionistas, são, então, trazidas para junto da esperança de um dia não precisarmos mais discutir a temática da discriminação racial e, assim, realizarmos o grande sonho de Martin Luther King de que as pessoas não sejam mais julgadas e, muito menos, vítimas de processos desumanos por conta da cor de sua pele. Esta é nossa esperança.

Profissionais da educação escolar ou não escolar precisam ter medidas preventivas que minimizem os índices de violência contra a juventude negra. Quais seriam, então, algumas ações afirmativas ante esta problemática?

Neste sentido, apostar na formação da juventude negra é a missão institucional da Faculdade Zumbi dos Palmares (FAZP), cujo lema é “sem educação não há liberdade”. A instituição brasileira pioneira na implantação do atendimento à juventude negra é mantida pela Sociedade Afro-Brasileira de Desenvolvimento Sociocultural (Afrobras), e desde 2002 desenvolve intenso trabalho de inclusão.

Dentre os objetivos estabelecidos no Projeto Pedagógico Institucional da Faculdade Zumbi dos Palmares, encontramos a promoção da inclusão de afrodescendentes no ensino superior, viabilizando a integração de negros e não negros em ambiente favorável à discussão da diversidade social no contexto da realidade nacional e internacional.

Ao abraçar o compromisso de facilitar o acesso da pessoa negra ao mercado de trabalho, por meio da inclusão educacional, a FAZP estabelece parcerias e convênios com diversas empresas nacionais e multinacionais para a colocação de alunos/as:

É prova disso a quarta turma de administração que se formou em 2010. Somado às turmas anteriores, já são mais de 800 adminis-

tradores formados pela Zumbi no mercado de trabalho. Destes, 40% estão empregados nos maiores bancos do país – Bradesco, Itaú, Santander e Citibank, após estágios em cargos executivos financeiros juniores, em função de convênios firmados entre a faculdade e as instituições financeiras. (ROMANO; BIAZETO, 2011, p. 40).

Atualmente, a FAZP atende a 1700 alunos/as, distribuídos em cinco cursos de ensino superior: curso de graduação em Administração, com ênfase no empreendedorismo e diversidade; curso de graduação em Direito, com valorização de temáticas presentes nos dilemas éticos e de identidade da sociedade (justiça, etnia e diversidade); curso de graduação em Pedagogia, com forte presença das discussões sobre educação étnico-racial, história da África e cultura afro-brasileira; curso de graduação em Publicidade e Propaganda, com ênfase na criação e valorização de uma publicidade sem discriminação de raça, gênero e cultura; e o curso de Tecnologia em Transportes Terrestres, que envolve análise e desenvolvimento de pesquisas que criem alternativas para os problemas de trânsito e do transporte de pessoas e cargas em centros urbanos.

As questões raciais discutidas em todas as disciplinas dos diversos cursos oferecidos contribuem para que docentes e discentes reflitam sobre a importância de serem sujeitos de sua própria história, trabalhando a tolerância e a cidadania como fatores de união e de valorização das relações multiculturais (Plano de Desenvolvimento Institucional da FAZP).

Em 2010, de acordo com o cadastro de alunos/as realizado pela Faculdade Zumbi dos Palmares, 80% se autodeclararam negros/as ou de ascendência afro. Do corpo docente, composto por 90 professores/as, 55% se autodeclararam negros/as ou de ascendência afro.

## Proposta curricular do curso de Pedagogia da Faculdade Zumbi dos Palmares

Conforme já citamos anteriormente, o curso de graduação em Pedagogia tem forte diferencial, com a presença marcante,

em sua grade curricular, da proposta de educação étnico-racial. Fundamentado na lei 10.639 que determina o ensino da arte, história e literatura africanas nas escolas da educação básica, o curso propõe um mergulho na cultura afro-brasileira, valorizando e incentivando o ensino da história da África.

Alunas/os egressos do curso de Pedagogia oferecido pela FAZP, conforme definido nas Diretrizes Curriculares, terão em sua formação a pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, fundamentados na interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética (parecer CNE 03/2006). Ao ressaltar, na formação, a importância da sensibilidade afetiva e estética, dentro dos parâmetros da inclusão e da multiculturalidade, a faculdade traça o perfil docente que o curso valoriza, para que o fazer pedagógico respeite e acolha as diferenças, o que só contribui para a construção do conhecimento para acesso aos direitos sociais.

Para tanto, a grade curricular do curso oferece disciplinas direcionadas à educação étnico-racial: Antropologia, Raça e Cultura; Educação, Diversidade e Relações Humanas; Ensino da História da África e Cultura Afro-Brasileira; Arte de contar histórias: mitos e contos africanos; Representações étnico-culturais no contexto do livro didático e História da infância e abordagens multiculturais.

Dentre as metas estabelecidas no Projeto Político-Pedagógico do curso de Pedagogia, para o quadriênio 2007-2011, está a criação do Projeto de Extensão, que compõe a formação do Núcleo de Estudo, Pesquisa e Educação das Relações Étnico-Raciais (Nepre). Iniciaram-se, no primeiro semestre de 2011, dois grupos de estudos e pesquisas deste núcleo, com os seguintes eixos: “Comunidades tradicionais quilombolas” e “Brincadeiras, contos e mitos africanos”.

O eixo “Comunidades tradicionais quilombolas” inicia sua pesquisa de campo junto às comunidades remanescentes quilombolas no Estado de São Paulo, mais especificamente no Quilombo de Ivaporunduva, Vale do Ribeira, SP, com vistas ao desenvolvimento de ações para compreender os processos históricos, sociais, territoriais e políticos desta comunidade.

O eixo “Brincadeiras, contos e mitos africanos” tem como objetivo pesquisar e selecionar contos e mitos africanos e afro-brasileiros, por meio de pesquisa bibliográfica e da narrativa oral da comunidade quilombola em Ivaporanduva. Este grupo de estudo e pesquisa tem especial contribuição na elaboração teórica e construção da brinquedoteca da faculdade, a qual está sendo organizada para ser, de fato, um laboratório pedagógico com ênfase na educação étnico-racial, principalmente para a valorização das culturas africana e afro-brasileira.

Retomando, após apresentarmos um caso de ação afirmativa que está dando certo – a experiência da Faculdade Zumbi dos Palmares –, entendemos que este é o momento propício para não desistirmos, mas, sim, resistirmos em nossa aposta, não somando voz aos pessimistas e conformistas que dizem não haver nada a se fazer para reverter este quadro de violência, de discriminação racial e de exclusão da juventude, em especial da juventude negra. É tempo de apostarmos e de investirmos na formação docente para o enfrentamento do racismo, para que a lei que determina a inclusão das culturas no currículo escolar aconteça, de fato, na prática escolar.

## Considerações finais

A trajetória da escola no Brasil tem sido objeto de intensas pressões produzidas pelas tensões sociais que, a rigor, além de enredar o espaço do ensino em agendas deslocadas, acabam por consumir e desviar parte substancial de suas energias da produção e transmissão do conhecimento, seu centro de atuação.

Como verdadeira caixa de ressonância dos choques, conflitos, divergências e convergências, a escola, instituição da sociedade e extensão da arena social, sofre diretamente a brutal inflexão das forças em litígio que digladiam ininterruptamente tentando promover intervenções capazes de estabelecer formas e agendas prevalentes na escolha e definição do fazer na educação.

Mais do que espaço neutro de aprendizagem, transmissão e produção do conhecimento, a escola, em suas diferentes dimensões, apresenta claras feições das lutas e dos conflitos sociais latentes, em que o resultado mesmo desse processo parece

promover profunda deformação que enreda e dirige seu modo de operação e produção de seus resultados.

Como bem de extremo valor estratégico e com extraordinária capacidade de promover o acesso, a conquista, o controle e a manutenção do poder nas sociedades modernas e contemporâneas, o conhecimento tem sido, ao longo do tempo, um dos campos de batalha privilegiados.

Talvez justamente por esses motivos, grupos de interesses têm procurado influenciar, quando não determinar ou impor suas visões e percepções de mundo, sejam elas políticas, ideológicas, econômicas, culturais, religiosas, étnicas, entre outras, com o intuito finalístico de definir o que ensinar ou o que aprender e mesmo quem pode aprender e quem pode ensinar.

Apontamos duas situações que geram o processo de exclusão de jovens negros/as: o mundo do trabalho e o fato de serem vítimas da violência urbana, e consideramos que o grande desafio ao sistema educacional, seja escolar ou não, vincula-se à erradicação do fenômeno da desigualdade racial no Brasil. Neste sentido, as ações afirmativas para inclusão de negros e negras no ensino superior e no mundo do trabalho apresentam-se como medidas indispensáveis e eficazes para impedir a manutenção do determinismo artificial, em que pessoas negras e brancas ou não estão impedidas de interagir; e favorecer a participação delas em discussões e decisões da vida social; desafiar-las a compartilhar seus sonhos e falar de suas paixões, a sentarem-se lado a lado num banco da praça ou numa carteira escolar das universidades públicas e privadas do nosso país.

O caminho da inclusão pode ser facilitado pela intervenção de educadoras e educadores, de escolas públicas ou privadas, de empresas e instituições, enfim, de agentes da inserção, que deem visibilidade à juventude negra, que criem espaços para que esta grande parcela, que representa a juventude brasileira, seja também protagonista de sua história e escreva uma História pautada na justiça e na dignidade de todos os seres humanos.



## Referências

ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira**, São Paulo, Anped, n. 5/6, 1997.

ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 263-290.

BENTO, M. A. S.; BEGHIN, N. **Juventude negra e exclusão radical**. In: Boletins do IPEA: Políticas Sociais - acompanhamento e análise, número. 11. Agosto, 2005.(páginas 194-197)

DAYRELL, J. T. Juventude e escola. In: SPOSITO, M. **Estado do conhecimento: juventude**. Brasília: Inep, 2000.

DAYRELL, J. T.; GOMES, N. L. A juventude no Brasil. s/d. **Observatório Jovem**. <Disponível em: [www.uff.br/obsjovem](http://www.uff.br/obsjovem). Acesso em: 30 ago. 2008.

GOMES, J. B. A recepção do instituto da ação afirmativa pelo direito constitucional brasileiro. In: SANTOS, S. A. (Org.). **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação/Unesco, 2005. (Coleção Educação para Todos).

GUIMARÃES, A. S. A. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.

HENRIQUES, R.; CAVALLEIRO, E. Educação e políticas públicas afirmativas: elementos da agenda do Ministério da Educação. In: SANTOS, S. A. (Org.). **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação/Unesco, 2005. (Coleção Educação para Todos).

IBASE/POLIS. **Juventude brasileira e democracia: participação, esferas e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Ibase/Pólis, 2005.

MARIO'TTI, H. **A razão do coração e o coração da razão**: Blaise Pascal e o pensamento complexo. 2005. Disponível em [www.geocities.com/pluriversu/pascal.html](http://www.geocities.com/pluriversu/pascal.html)>. Acesso em abril/2008.

MARTINS, T. C. S. **Juventude, educação escolar e sentido de vida: um estudo a partir dos projetos educacionais no ensino médio**. 2009. 141f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Metodista de São Paulo, Faculdade de Humanidades, São Bernardo do Campo, SP.

ROMANO, R.; BIAZETO, A. L. Obama e Zumbi, juntos pela educação. **Revista Afirmativa Plural**, São Paulo, Afrobras, Ano 8, n. 37, 2011.

SANTOS, S. A. (Org.). **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação/Unesco, 2005. (Coleção Educação para Todos).

SPOSITO, M. P. Estudos sobre juventude e educação. **Revista Brasileira de Educação: Juventude e contemporaneidade**, São Paulo, Anped, n. 5 e 6, 1997.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2011: os jovens do Brasil**. São Paulo/Brasília: Instituto Sangari/MEC, 2011.